

## Memória Afro, Identidade, Territorialidade e Espaços Museais

Cecília C. Moreira Soares<sup>1</sup>

### Resumo:

Este artigo tem como objetivo propor algumas reflexões sobre memória, identidade, territorialidade e a importância dos memoriais afros em comunidades terreiros como forma de estratégia política de uma nova linguagem cênica e textual na preservação, divulgação e releituras das memórias projetadas nesses espaços.

**Palavras-chave:** memória, identidade, espaços museais.

### Abstract:

This article aims to propose some reflections about memory, identity, territoriality and the importance of afros memorials in communities afro as a form of political strategy of a new scenic and textual language in the preservation, dissemination and re - readings of the memories projected in these spaces.

**Keywords:** memory, identity, museum spaces.

### Introdução

As proposições de novos conceitos e suas revisões refletindo nuances para compreensão do significado e função social da memória afro, representam os paradigmas de uma sociedade

---

<sup>1</sup> Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia (Mestrado) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). ceciliasoares@yahoo.com.br

que se defronta o tempo todo com as questões das identidades. Partindo dos referenciais étnicos que se sobrepõem as relações entre os territórios culturais para alcançar as escolhas coletivas dos grupos. Estes posicionamentos, evidenciam as composições sociais multireferenciadas que nos embates cotidianos, deparam-se com as ideias homogeneizantes e centradas em referenciais que além de dessacralizarem, negativizam as representações socioculturais, ao nosso ver, principal aspecto que individualiza grupos. Agregue-se a este fato, uma contínua memória sempre depreciativa do negro(a) na sociedade, no desempenho de atividades econômicas de pouco ou nenhum prestígio social.

Reconhecemos que em comunidades afro, permanecem práticas culturais e religiosas oriundas de vários territórios e resultados de processos longos de convivência e assimilação estratégica de aspectos interessantes para preservação da memória coletiva. Essas lembranças são reavivadas o tempo todo, na assertiva de que a repetição dos fatos, embora perpassados pela dinamicidade das narrativas pessoais e coletivas, são capazes de manter viva a memória com função político-pedagógica ao fazer emergir histórias silenciadas e distorcidas. Esses fragmentos da lembrança, arrolados e dentro de determinados espaços constituem uma ferramenta ideológica se propondo a ação-repetição para sustento de uma estrutura de pensamento e práticas sociais com finalidades diversas. O alcance desses significados pode constituir uma pretensão de/para além estabelecer hierarquias, condená-los à inferioridade cultural.

Nas comunidades-terreiros, por exemplo, o lembrar está atrelado à importância daquilo que deve ser recordado, dos sujeitos envolvidos no acontecimento e da projeção que terá a lembrança. Os espaços físicos são, enquanto territórios culturais, fundamentais para que a lembrança aflore, mas, sobretudo cumpra a função social de preservar, enaltecer e exemplificar. A memória quando assume o papel de preservação histórica, deve se comprometer em estabelecer diálogo com os novos cenários, sob ameaça de engessar pessoas, saberes e práticas a uma dimensão temporal

nostálgica, não respondendo a dinamicidade dos processos de convivência, conflitos e reelaborações de novas posturas frente ao inevitável. A memória no que tange aos aspectos materiais e imateriais é passível de releituras, apropriações e seleções de conteúdos como pressupostos a sua sobrevivência e respostas às experiências vividas em sociedade.

Considerando que os espaços da memória, particularmente os museus e memoriais afro, devem estar atrelado às novas perspectivas histórico-antropológicas, assim como, poderem dar visibilidade às políticas recentes no contexto das relações étnico-raciais, apresentamos alguns conceitos teóricos que servem de aporte para as reflexões sobre a história de negros e negras.

Cabe esclarecer que a memória coletiva da qual estamos falando, não se confunde com a história científica. Elas se constituem a partir dos lugares onde são produzidas. Ambas, são produtos sociais e marcados por determinações do lugar de produção, as duas estão voltadas para o passado, mas o fazem de maneiras distintas. (Le Goff, 1994). Para melhor entendimento apresentaremos algumas abordagens sobre memória, identidade e territorialidade.

A compreensão de memória que queremos apresentar neste artigo, corrobora com as interpretações de (Halbwachs, 1990), que ao relacionar memória e história, observou que era importante trazer à tona o sujeito que lembra., e fazer uma conexão entre o que era lembrado e quem era o sujeito que projetava essa lembrança. Entender os contextos sociais nos quais os indivíduos que lembram estão inseridos e não exatamente a memória enquanto ação humana, torna-se mais importante ao permitir analisar suas representações e permanências. Segundo o autor, cabe a inferência sobre as condições em que as pessoas são provocadas a lembrar, a organização de suas ideias e como narram essas lembranças, selecionam fatos, alteram as imagens.

As abordagens propostas por Halbwachs ampliaram as análises de Bérghson (1990, p. 154), embora ambos reconhecessem que o tempo inevitavelmente interfere nas lembranças, refletindo

nas narrativas dos eventos, antecipadas pelas reorganizações dos acontecimentos passados e sua projeção no presente, às convicções momentâneas, e à autonomia da memória.

Para o autor, a memória teria como função prática delimitar a indeterminação do pensamento e da ação e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamentos que foram consolidados. Com base nessa interpretação, nos deparamos com o desafio de agregar os dois estímulos que se distanciam e, ao mesmo tempo, se integram em diferentes sociabilidades, ou seja, a oralidade e a lembrança.

Ao conjunto de ideias e posturas frente aos outros, podemos chamar essas concepções de identidade, e de acordo com Ferreira (2000, p. 46), trata-se de um “constructo que reflete um processo em constante transformação, cujas mudanças vêm sempre associadas a mudanças referenciais e a novas construções de realidade por parte dos indivíduos, determinadas por sua participação em certos processos provocadores de impacto existencial”.

Dessa forma, a identidade não deve ser encarada como algo estático, mas, como em constante movimento. *“Trata-se sempre de uma identidade em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla”*. Ela se *“define em relação a outras identidades numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas”*. [Grifo nosso]. (Haesbaert, 1999, pp. 174-175).

Para as comunidades-terreiros, a identidade se concretiza em determinados espaços onde se projeta a *“alusão por referências a um território tanto no sentido simbólico quanto concreto”*. [Grifo nosso]. (Haesbaert, 1999, p. 178).

Da mesma tese compartilha Hall (1997). *“Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólico. Elas têm aquilo que Edward Said chama de geografias imaginárias: suas paisagens, características, seu senso de lugar, de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo”*. (p. 76). [Grifo nosso].

Ao pensar as identidades africanas, podemos interpretá-las a partir de três grandes aspectos propostos por Appiah, (1997, p. 248) e ao mesmo tempo estender às identidades religiosas afro-brasileiras. Primeiro, que “as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades”. Segundo, que elas florescem a despeito do que antes o autor chamou de “desconhecimento” de suas origens, ou seja, suas bases estão assentadas em mitos e mentiras. E, por último, que não há muito espaço para razão na construção das identidades, politicamente é interessante exaltar identidades que parecem oferecer esperanças a objetivos futuros e silenciar o passado complexo.

O autor D’Adesky (2005, p. 118), propõe uma compreensão de Território que se constitui por meio da relação de grupos sociais, onde estabelecem uma forma de comunicação, significados e valores hierarquizados. Esta interpretação do autor adéqua aos elementos representados nos terreiros de candomblés, este se sobrepõe à importância da “materialização do território”. Mas, em constante processo de reconstrução cultural.

Partindo-se do pressuposto de que a identidade pode ser edificada a partir dos interesses individuais e ou de um grupo, pode-se afirmar que isto se dá porque, segundo Bauman (2005):

As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. (p. 19).

Seguindo, ainda, o pensamento de Bauman (2005):

A identidade, só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço que visa construí-la a partir do nada ou mesmo optar entre várias alternativas. A identidade

interpretada dessa forma aparece inconclusa e da sua condição de precariedade busca ocultar-se. (pp. 21-22).

Sendo a identidade um processo contraditório e dinâmico, empurrando em várias direções e continuamente deslocadas, como afirmou Hall (2006, p. 13), cabe o entendimento melhor da ideia de deslocamento no âmbito da identidade cultural. De acordo com Bauman (2005), estar deslocado é:

Estar total ou parcialmente ‘deslocado’ em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa ‘se sobressaiam’ e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar. (p. 19)

O deslocamento ou processo de desterritorialização implica na proximidade e convivência com outras culturas e, por isso, inevitavelmente haverá apropriações ou mesmo redefinições de elementos que poderão ser assimilados pelo grupo. Dessa forma, a construção de uma identidade deve ser interpretada como reflexo de uma idealização social centralizada, portanto, *“Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu”* [Grifo nosso] (Hall, 2006, p. 13).

Observando que a categoria identidade sugerida nesse trabalho é algo fluído, construído e edificado com base nas experiências individuais e grupais, caracteriza-se enquanto processos múltiplos, mas, ao mesmo tempo, simultâneos e diferenciados.

Estabelecido a interlocução sobre os conceitos acima abordamos, buscaremos então refletir sobre a memória coletiva em comunidades-terreiros.

A memória assume nesses lugares fundamental importância na rememoração de acontecimentos que elevam a autoestima do grupo, celebrações, costumes, mas também os processos de transições para mudanças das tradições. Nesses espaços se reconstrói a identidade religiosa sociocultural, a partir da memória referendada, reforçam os pertencimentos valorativos do ser negro(a) em sua totalidade.

Dessa forma, a memória assume um lugar de extrema importância, ao ser responsável pela continuidade e, de forma paradoxal, desmistificar a negação da história de negras e de negros na formação da sociedade baiana.

A partir da perspectiva da importância política dos espaços de cultura, sobretudo museus e memoriais, pretendemos salientar o papel social que desempenham junto à sociedade particularmente em Salvador. Contudo, criticamos o imobilismo das coleções em museus tradicionais. Ou de acordo com a museóloga Joana Angélica Flores (2015):

Dessa forma, indagamo-nos sobre qual memória resgatar se a das mulheres negras ainda não foi retirada dos 'porões'? A resposta que encontramos é que para discutir memória, identidade e função social dos museus é necessário localizar os sujeitos e analisá-los sob a ótica do gênero enquanto categoria de análise, onde possam ser demarcados aspectos ainda desconsiderados pelas equipes dos museus e com isso sejam valorizadas temáticas que despertem o interesse dos(as). (p. 17).

Particularmente, os memoriais edificadas dentro de comunidades-terreiros, reeducam, ao transcender as limitações dos escritos acadêmicos cuja visão epistêmica, permeada pelo racismo e preconceito obscurecem, confundem, simplificam a sistematização das complexas memórias em comunidades negras. Não se trata apenas de preservar o passado reunindo peças, mobiliários, vestimentas. Busca propor uma nova linguagem visual estabelecendo a comunicação passado-presente, o sentido da existência física e ideológica do grupo. A instalação de memoriais

em comunidades terreiros, politicamente aproxima as pessoas desse passado em um ambiente não opressivo, a memória centralizada evoca o passado onírico e de resistência aos padrões culturais, mas nem por isso desatrelado dos processos de reconstruções culturais, inovações, apesar dos discursos da tradição com o forte desejo de ser imutável.

Os museus, na sua forma clássica ao atuarem propondo quadros da memória oficial e distanciada dos processos históricos, inclinam-se para a negação dos novos contextos sociais onde os sujeitos não correspondem com exclusividade aos estereótipos socialmente edificados. Postos dessa maneira perdem a oportunidade de estabelecer empatia com o público, provavelmente ávido em se verem naquela modalidade de narrativa histórica. As experiências na dinamicidade e atualização das linguagens cênicas e textuais demoram a dialogar com os novos contextos sociais.

### **Considerações Finais**

Análise inconclusa. Fica posto o desafio da conclusão das histórias de homens e mulheres negras que possam transcender a visão histórica tradicional, as narrativas excêntricas ou excessivamente romantizadas. Que seja evidenciado outros papéis, pertencimentos sociais que inspirem poder e importância. Que a apreensão da memória revele superação, desconstrução ideológica e prática militante, cuja trajetória vislumbre liberdade e a possibilidade da quebra dos estigmas que aprisiona a memória negra no espaço da domesticidade e da subalternidade.

Exemplificando este processo, muitas comunidades-terreiros, a exemplo do terreiro Ilê Axé Maroketu em Cosme de Farias, Salvador-Bahia, esforçam-se em criar no espaço da domesticidade, dentro do terreiro, a partir da disposição de objetos, mobiliário, móveis, utensílios e quadros, as referências étnico-religiosas e territoriais de sua fundação. A oralidade reforça as ideias projetadas materialmente, mas também já indicam a



memória e como ela deve ser apropriada. Preservam-se rememorando às mitologias e liturgias que fundamentam a coesão do grupo, suas afinidades, escolhas míticas. Na contramão dos essencialismos culturais, tomam como referência a condução do discurso político e apaziguador das contribuições inter-étnicas e das tradições religiosas, todos resultados dos processos religiosos e influxos sofridos pela fundadora da comunidade. O conceito de velho e a prática de refutar qualquer elemento que possa evidenciar a longevidade, as crises e superações que perpassam a existência da Casa e das pessoas, são ciosamente preservados. Ainda, que todo trabalho de preservação e recuperação física da memória esteja em processo, garimpar e fazer emergir do esquecimento e do porão (depósito), espaços dos enfeitados e pré-destinados a serem transformados em pó, se tornou uma atitude política sensata e de orgulho ao pertencimento religioso.

Ou, como bem definiu uma senhora, figura ilustre na composição do grupo: *“A Casa toda é um ‘tisouro’ (tesouro)... por isso que guardo, mandam jogar fora e guardo, eu sei que vai servir, é tradição, né?!”*. Embora, talvez esta senhora nunca tenha ouvido falar sistematicamente sobre patrimônio cultural, já esboça o sentimento da preservação de itens que possam contribuir na descrição da história do grupo, que lembre a passagem de alguém, acontecimentos no cotidiano, disputas. Para reativar a memória do grupo, seu passado, e reforçar a ideia de permanência e continuidade, qualquer elemento, objeto, servirá para detonar a memória que individual ou coletivamente, reproduzirá o vivido e apreendido, meticulosamente organizando as palavras, coordenando as omissões, esquecimentos. E rapidamente poderá processar estruturas mentais para preenchimento dos lapsos, das perdas, todos resultados de situações bem definidas, de ameaças dos de fora da Casa e daqueles que mesmo no interior de seus espaços não resistiram simplesmente às incursões das informações trazidas pelos de fora. O dinamismo do grupo pode refletir na memória que deseja preservar, desenhar esta memória pela casa toda foi o caminho encontrado pelo Maroketu.

Os memoriais afros inscrevem a memória que se deseja ser preservada, seus interregnos, entrelaçamentos, exclusões e apropriações. Se existe um risco para o imobilismo, a estrutura de funcionamento refém do tempo e dos relógios se incubarão de propor as direções para uma nova memória, cabe a oralidade iniciar primeiro o processo.

## Referências

- Appiah, K. A. (1997) *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bergson, H. (1990). *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. (P. N. da Silva, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. (3ªed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- D'Adesky, J. (2005). *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Ferreira, R. F. (2000.) *Afrodescendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas.
- Flores, J. A. (2015). *A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto*. (Dissertação). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Haesbaert, R. (1999). Identidades territoriais. In: Z. Rosendahl & R. L. Corrêa (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Hall, S. (1997). Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (24), 68-75.
- Hall, S. (2006). *Cultural identity in postmodernity*. (T. T. da Silva & G. L. Louro, Trad., 10ª ed). Rio de Janeiro: DP&A.

- Hoornaert, E. (1991). *Formação do catolicismo brasileiro, 1550 - 1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. (3ª ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Joaquim, M. S. (2001). *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro: Pallas: São Paulo: EDUC.
- Le Goff, J. (1994). *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- Mendes, L. C. (2013). Transformações na percepção do museu no contexto do Movimento Bibliográfico: as concepções de museu de Paul Otlet e Otto Neurath. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*, 18(4), 185-199.
- Santos, O. M. dos. (2005). Histórias do Ilê Axé Marokeu [Entrevista concedida à autora, C. C. M. Soares].
- Pinho, P. de S. (2004). *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume.

